

Discord na mira da Justiça por crimes contra menores

Caso investigado na Serra expõe riscos da plataforma; especialistas orientam as famílias

CAROLINA BOUERI
jornalismo@eshoje.com.br

A investigação de um adolescente de 16 anos, na Serra, suspeito de integrar uma organização criminosa digital que atuava principalmente pelo Discord, expõe os riscos enfrentados por crianças e adolescentes em comunidades virtuais. O caso ganha relevância diante da ação da Advocacia-Geral da União (AGU), que cobra medidas de proteção da plataforma e pede indenização de R\$ 500 milhões por dano moral coletivo.

Na segunda-feira (21), a AGU apresentou novo pedido à Justiça Federal, em Brasília, após considerar insuficiente a proposta de conciliação da empresa. O governo aponta falhas na verificação de idade, no controle parental e na prevenção de crimes como exploração sexual, aliciamento e indução à automutilação e ao suicídio.

Em fevereiro, a Polícia Civil do Espírito Santo deflagrou a Operação Desconectado, que resultou na apreensão do adolescente em Jardim Limoeiro. Segundo a investigação, ele seria uma das lideranças de um grupo envolvido na divulgação de material de abuso sexual infantojuvenil, tortura de animais e apologia ao nazismo. As vítimas estavam em diferentes estados e até no exterior.

Em agosto, a Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD) de-

terminou a suspensão das transmissões ao vivo do Discord no Brasil, após identificar falhas nos mecanismos de prevenção. A medida foi mantida após recurso da empresa.

COMO OS CRIMINOSOS AGEM

Diferentemente das redes sociais tradicionais, o Discord reúne comunidades chamadas servidores, com canais de texto, voz e vídeo. Convites compartilhados em jogos ou outras redes podem levar adolescentes a grupos com milhares de desconhecidos.

Segundo Eduardo Glazar, diretor de segurança da informação (CSO) da Globalsys, o anonimato por apelidos, os servidores privados e as mensagens individuais podem ser explorados por criminosos.

A abordagem pode começar em um canal coletivo e migrar para uma conversa privada, dificultando a identificação de situações de risco.

O especialista explica que existem tecnologias capazes de analisar transmissões ao vivo e identificar conteúdos violentos. Entretanto, a detecção enfrenta limitações, como o tempo necessário para interromper uma transmissão, classificações incorretas e o volume de conteúdo.



Jovem investigado na Serra mostra que o uso errado da plataforma está mais perto do que parece

Responsabilidade da plataforma

O SECRETÁRIO-GERAL da OAB-ES, Eduardo Sarlo, explica que o ECA Digital estabelece obrigações preventivas para serviços acessados por menores, incluindo verificação de idade, supervisão parental, configurações de segurança e canais de denúncia.

A responsabilidade pelos crimes permanece individual, mas a empresa pode responder civil e administrativamente caso descumpra seus deveres legais.

Carlos Augusto Pena da Motta Leal, presidente da Comissão de TI e Direito Digital da OAB-ES, destaca que a legislação também prevê a retirada de determinados conteúdos que violem direitos de menores, após notificação, sem necessidade de ordem judicial prévia.

Segundo ele, a AGU utilizou como referência R\$ 50 milhões para cada uma das dez infrações que afirma ter identificado, chegando ao pedido de R\$ 500 milhões. O valor ainda depende de decisão judicial.

Entre as medidas solicitadas es-



Atenção e acompanhamento é essencial para evitar problemas

tas restrições ao contato de desconhecidos com menores, mecanismos contra extorsão sexual e reforço da moderação.

Para Sarlo, a proteção também precisa respeitar a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). A verificação de idade deve utilizar apenas as informações necessárias, sem permitir vigilância indiscriminada.

Glazar recomenda que os responsáveis acompanhem os servidores dos quais os filhos participam. O Discord oferece ferra-

mentas de supervisão familiar, mas elas não permitem a leitura das conversas.

O especialista também orienta atenção a mudanças de comportamento, ansiedade diante de notificações e pedidos inesperados de dinheiro. Esses sinais, isoladamente, não comprovam violência, mas merecem diálogo.

O Discord contesta as acusações e afirma manter diálogo com o governo brasileiro. A Justiça ainda analisará os pedidos da União.

Como proteger os filhos no Discord

Privacidade: restrinja mensagens de desconhecidos, limite pedidos de amizade e ative os filtros de conteúdo.

Supervisão: utilize o Family Center e converse sobre os servidores dos quais o adolescente participa.

Sinais de alerta: observe modo de notificações, tentativas de esconder conversas e pedidos inesperados de dinheiro.

Ameaças: não negocie com o agressor. Preserve mensagens, nomes de usuário, links, datas e horários antes de bloquear o contato.

Denúncias: utilize os canais da plataforma e procure a polícia. Não compartilhe imagens de abuso sexual infantil, mesmo para tentar guardar provas. Em situações de risco imediato, acione as autoridades.



DIVULGAÇÃO

“O Discord oferece ferramentas de supervisão, mas não permite a leitura”

Eduardo Glazar, especialista